



PODER
JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE ALAGOAS

Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP. 57020-919, Maceió-AL.
Fone: (082) 4009-3144 - cgj.al.jus.br

Processo Administrativo nº 00829-2.2015.002

Ref.: Inspeção Geral Ordinária – Vara do Único Ofício da Comarca de São José da Tapera

DESPACHO/OFÍCIO GCGJ Nº 647/2015

Trata-se de Relatório de Inspeção realizada na Vara do Único Ofício da Comarca de São José da Tapera, da lavra do Exmo. Juiz Auxiliar José Afrânio dos Santos Oliveira, em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 144, de 22 de abril de 2015, desta Corregedoria Geral da Justiça, que determinou a realização de Inspeções Gerais Ordinárias nas unidades jurisdicionais do Estado de Alagoas.

Destarte, diante das informações que se encontram acostadas aos autos, **ACOLHO** as sugestões formuladas pelo Juiz Auxiliar, ao passo que **DETERMINO**:

Quanto à tramitação de feitos e questões correlatas (determinações para serem cumpridas pela unidade jurisdicional):

- **item 2** – no tocante às cartas precatórias recebidas há mais de 30 (trinta) dias e pendentes de cumprimento, que totalizam 64 (sessenta e quatro), que seja adotado o seguinte:
 - os procedimentos cabíveis no sentido de regularizá-las;
 - realização de correição parcial nos feitos concernentes às Cartas Precatórias (recebidas e remetidas), encaminhando a esta CGJ relatório conclusivo; e,
 - a implantação de medidas gerenciais para evitar a ocorrência detectada em inspeção.
- **item 3** – com relação aos feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias, que totalizam 977 (novecentos e setenta e sete) processos, que sejam praticados os atos necessários a sua regular tramitação;
- **item 4** – que se efetive a verificação de todos os processos que se encontram fora do cartório, a fim de verificar aqueles com prazo excedido, seguida das providências cabíveis para sanar esta irregularidade, inclusive a utilização dos atos ordinatórios dispostos no Provimento nº 13/2009;



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57020-919, Maceió-AL
Fone: (0**82) 4009-3144 cgjal@tjal.jus.br

- **item 5** – no tocante aos incidentes processuais de feitos já julgados, que se efetive as medidas cabíveis à sua baixa definitiva;
- **item 7** – que se proceda a evolução da ação monitória não embargada para a classe correta;
- **item 8** – que se dê uma especial atenção aos processos de competência do Tribunal do Júri, no sentido de que sejam observadas as disposições contidas no Provimento CGJ nº 14/2014;
- **item 18** – quanto à “Meta 1/2014”, do Conselho Nacional de Justiça, que sejam tomadas as providências necessárias visando o seu efetivo cumprimento, com o julgamento dos 391 (trezentos e noventa e um) processos que restaram pendentes;
- **item 19** – com relação à “Meta 2/2014”, do Conselho Nacional de Justiça, que sejam identificados os feitos distribuídos até 31.12.2010 e realizado um cronograma para julgamento, a fim de que até 21.12.2015 sejam julgados, no mínimo, 80% destes processos;
- **item 20** – quanto à “Meta 4/2014”, do Conselho Nacional de Justiça, que seja realizado o julgamento dos feitos atinentes à improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, em curso naquele juízo e detectados em inspeção, bem como que observe a necessidade de uma tramitação mais célere com relação aos demais feitos desta natureza, independentemente da fase processual em que se encontram;
- **item 22** – no tocante à Meta ENASP, para julgamentos até 31.07.2013 das ações penais de competência do tribunal do júri, que sejam adotadas as medidas necessárias objetivando dar o julgamento dos 09 (nove) processos que se encontram pendentes;
- **item 30** – que a unidade continue dando prioridade aos processos de réus presos, bem como alimentando o histórico de partes; e,
- **item 31** – que continue observando o determinado no Provimento CGJ nº 36/2014, no pertinente ao julgamento das ações de adoção e de destituição do poder familiar em tramitação há mais de 12 (doze) meses, sem prolação de sentença, observando-se, também, as medidas previstas no art. 163, da Lei nº 8.069/90.



Corregedoria Nacional de Justiça
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57.209-919, Maceió-AL.
Fones: (33) 4009-3144 e 4009-3145 | cgj.al.jus.br

Tendo em vista que o incidente processual pendente no Processo Administrativo de n. 01205-7.2014.002 foi analisado na presente inspeção, conforme consta na parte final do Relatório de Inspeção Geral Ordinária (fls. 08v), acolho a sugestão apresentada e determino o arquivamento do sobredito processo, devendo a Unidade Inspeccionada ser comunicada do arquivamento dos autos.

Informe-se ao Juízo acerca dos comandos aqui contidos, para que adote, quanto aos atos de sua competência, todas as providências necessárias ao efetivo cumprimento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Utilize-se cópia do presente como ofício, a ser encaminhado ao Magistrado(a) e ao Escrivão(ã) da Unidade inspeccionada.

Informe-se que as respostas atinentes ao aqui versado deverão ser encaminhadas, EXCLUSIVAMENTE, às servidoras Luciana Maria Viana Lira e Cléa Silva Tavares, lotadas no Departamento Central de Assuntos Judiciários, e, que os expedientes quanto à matéria, enviados a outro(s) setores e/ou servidor (es), não serão processados.

Promova-se a publicação de todas as peças que compõem o feito no respectivo sítio eletrônico, inclusive do presente despacho, na conformidade do contido nas metas de nivelamento da e. Corregedoria Nacional de Justiça.

Ato contínuo, vão os autos ao Departamento Central de Assuntos Judiciários desta CGJ, para as medidas de praxe e devido acompanhamento.

Cumpra-se.

Maceió, 31 de agosto de 2015.


Desembargador KLEVER RÊGO LOUREIRO
Corregedor-Geral da Justiça